

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIA, GEOGRAFIA E SAÚDE COLETIVA
(IGESC)**

IGOR HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA

**A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE: DO MAPEAMENTO
DE FRONTEIRAS AO IMPERIALISMO DE DADOS NO CIBERESPAÇO**

**UBERLÂNDIA, MG
2026**

IGOR HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA

A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE: DO MAPEAMENTO DE
FRONTEIRAS AO IMPERIALISMO DE DADOS NO CIBERESPAÇO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geografia, Geociências e Saúde
Coletiva da Universidade Federal de
Uberlândia – UFU, como requisito final para a
obtenção do título de licenciado em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Túlio Barbosa

UBERLÂNDIA, MG
2026

IGOR HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA

A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE: DO MAPEAMENTO DE
FRONTEIRAS AO IMPERIALISMO DE DADOS NO CIBERESPAÇO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geografia, Geociências e Saúde
Coletiva da Universidade Federal de
Uberlândia – UFU, como requisito final para a
obtenção do título de licenciado em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Túlio Barbosa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar criticamente a evolução histórica da cartografia enquanto instrumento de dominação geopolítica e controle social, identificando as permanências e as mutações técnicas que se estendem das representações analógicas do Estado-nação oitocentista ao monitoramento digital contemporâneo. O trabalho teve como centralidade metodológica a pesquisa qualitativa, orientada pelas chaves teóricas da Geografia Crítica, da História da Cartografia e da Geopolítica Contemporânea. Os resultados evidenciam que a padronização métrica e espacial no início do século XX, bem como as demarcações de limites das comissões militares, funcionaram como "armaduras de papel" para viabilizar a expansão capitalista e impor a soberania nacional do Estado sobre áreas tidas como vazios demográficos (*terra nullius*). Esse processo operou criminalmente por meio da expropriação sistemática de populações originárias e de apagamentos de elementos biofísicos. Em contrapartida, constata-se a emergência das contra-cartografias e do automapeamento indígena como táticas de salvaguarda da memória coletiva e de resistência espacial. A transição para a era digital sofisticou o controle territorial por meio dos algoritmos qnstitui um imperialismo de dados que reatualiza os silêncios cartográficos históricos e desterritorializa as populações periféricas.

Palavras-chave: Cartografia Crítica; Geopolítica; Contra-cartografia; Imperialismo de Dados; Território.

ABSTRACT

This study aims to critically analyze the historical evolution of cartography as an instrument of geopolitical domination and social control, identifying the continuities and technical transformations spanning from the analog representations of the 19th-century nation-state to contemporary digital monitoring. Methodologically, the work centers on qualitative research guided by the theoretical frameworks of Critical Geography, the History of Cartography, and Contemporary Geopolitics. The results demonstrate that metric and spatial standardization in the early 20th century, alongside boundary demarcations by military commissions, functioned as "paper armor" to facilitate capitalist expansion and impose state sovereignty over areas perceived as demographic voids (*terra nullius*). This process operated through the criminal, systematic expropriation of Indigenous populations and the erasure of biophysical elements. Conversely, the study observes the emergence of counter-cartographies and Indigenous self-mapping as tactics for safeguarding collective memory and fostering spatial resistance. The transition to the digital era has sophisticated territorial control through algorithms, establishing a form of data imperialism that reinscribes historical cartographic silences and deterritorializes peripheral populations.

Keywords: Critical Cartography; Geopolitics; Counter-cartography; Data Imperialism; Territory.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	DESENVOLVIMENTO.....	9
2.1	CARTOGRAFIA, TERRITÓRIO E PODER: A PRODUÇÃO E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO	9
2.2	A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: A "ARMADURA DE PAPEL" E A GÊNESE MILITAR DAS FRONTEIRAS NACIONAIS	14
2.3	VIOLÊNCIA CARTOGRÁFICA: CONTROLE TERRITORIAL, APAGAMENTO E AS CONTRA-CARTOGRAFIAS INDÍGENAS DE RESISTÊNCIA	16
2.4	DA HEGEMONIA ANALÓGICA AO IMPERIALISMO DE DADOS: ALGORITMOS, CIBERESPAÇO E A NOVA GEOPOLÍTICA DA CARTOGRAFIA DIGITAL CONTEMPORÂNEA	18
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
4.	REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

A cartografia é ideologicamente apresentada sob um manto de neutralidade técnica, objetividade científica e exatidão geométrica. Todavia, sob o rigor das coordenadas e das projeções espaciais, ocultam-se densas dinâmicas de poder, dominação territorial e projetos geopolíticos. Longe de ser um reflexo passivo ou meramente descritivo da realidade empírica, o mapa constitui um discurso politicamente direcionado, concebido para tornar o espaço governável segundo os interesses de elites intelectuais, militares e corporações capitalistas. Ao longo do processo de formação e consolidação do Estado-nação moderno e em sua posterior inserção nas engrenagens do capitalismo globalizado, as representações cartográficas operaram tanto como uma "armadura de papel" para a garantia de soberanias estatais quanto como ferramentas de apagamento sistemático de geografias indesejadas.

A transição entre os séculos XIX e XX representa um momento crucial para compreender essa instrumentalização política do espaço. No plano internacional, projetos como o Mapa Internacional do Mundo ao Milionésimo alinharam-se ao acirramento imperialista e à fase monopolista do capitalismo, unificando padrões técnicos e espaço-temporais para facilitar a circulação de fluxos econômicos e consolidar a partilha de zonas de influência. No Brasil, esse ideal modernizador eurocêntrico foi reproduzido por elites republicanas e corporações técnicas que, por meio de marcos como a Carta do Brasil ao Milionésimo de 1922, buscaram integrar o território, anular "vazios cartográficos" e apresentar a nação ao exterior como um território salubre e civilizado, propício à atração de capitais e imigrantes europeus. (Duarte, 2017).

Esse esforço de ordenamento civilizatório e soberania territorial, contudo, dependeu de processos de invisibilização e violência simbólica e física. Nas malhas urbanas oitocentistas, a exemplo do Rio de Janeiro, o apagamento deliberado ou inconsciente de ecossistemas naturais, como manguezais e várzeas, expressou o desejo de sanear e domesticar a natureza sob os auspícios da medicina social e do progresso material. Em escala regional, as delimitações fronteiriças promovidas por comissões militares operaram verdadeiras "traduções geopolíticas" que ignoraram as territorialidades preexistentes e os modos de vida camponeses e tradicionais. A imposição de limites rígidos estatais rotulou regiões de ocupação histórica como vazios demográficos (*terra nullius*), justificando a expropriação sistemática de populações

marginalizadas e povos indígenas. Em contrapartida, essas mesmas populações subalternas acionaram resistências e, contemporaneamente, apropriam-se dos códigos geográficos por meio das contra-cartografias e do automapeamento para contestar a desterritorialização e reivindicar seus direitos históricos. (Capilé, 2019)

A própria consolidação da Geografia enquanto disciplina científica no Brasil reflete essas tensões, dividida entre o pragmatismo da aplicação territorial exigido pela máquina governamental e as especificidades acadêmicas de suas primeiras escolas de formação, como na USP e nas instituições federais do Rio de Janeiro. Esse saber geográfico-cartográfico clássico, inicialmente voltado para a descrição paisagística e para o planejamento estatal e militarizado, preparou as bases conceituais que hoje são profundamente reconfiguradas na transição para a era digital. Na contemporaneidade, a antiga "armadura de papel" converte-se em um "manto algorítmico". Sob a égide do "imperialismo de dados", algoritmos privados ditam dinâmicas urbanas e atualizam os históricos silêncios cartográficos ao estigmatizar ou simplesmente banir de representações digitais cotidianas as comunidades periféricas e desfavorecidas (Aquino, 2016).

A relevância teórica e social deste trabalho fundamenta-se na necessidade de desmistificar a pretensa imparcialidade dos meios modernos de representação espacial. Discutir a transição do mapa analógico ao digital é urgente em um período caracterizado pela ubiquidade dos dados espaciais corporativos e pelo monitoramento algorítmico do território real. A investigação justifica-se sob o prisma político-social, ao evidenciar como os silêncios e as omissões deliberadas na cartografia estatal e privada historicamente legitimaram e ainda legitimam a expropriação, a invisibilização e a segregação de populações vulnerabilizadas, como camponeses, povos indígenas e populações periféricas. Justifica-se também no plano histórico-epistemológico, ao resgatar o papel da ciência geográfica e das corporações técnicas na costura física e ideológica do território brasileiro, demonstrando como as bases do planejamento territorial contemporâneo herdaram as contradições desse processo de transição.

Diante desse cenário, o objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar criticamente a evolução histórica da cartografia enquanto instrumento de poder, dominação geopolítica e ordenamento territorial, identificando as permanências e mutações técnicas de controle que se estendem das representações analógicas do Estado-nação do século XIX ao manto algorítmico das plataformas digitais contemporâneas. Para alcançar essa meta ampla, estabeleceram-se metas específicas ao longo do texto.

Primeiramente, busca-se investigar os processos de padronização cartográfica nacional e internacional no final do século XIX e início do século XX e o papel das corporações intelectuais na disciplinarização do espaço e na institucionalização da geografia no Brasil. Em segundo lugar, objetiva-se compreender o papel da cartografia militar na consolidação das fronteiras nacionais brasileiras, analisando de que forma as demarcações de limites funcionaram como traduções geopolíticas geradoras de expropriações territoriais. Adicionalmente, o estudo visa examinar os apagamentos espaciais históricos como estratégias de domesticação e controle do espaço, bem como a emergência das contra-cartografias indígenas como contra-dispositivos políticos de resistência. Por fim, busca-se analisar a transição da hegemonia da cartografia analógica para o imperialismo de dados das plataformas de navegação digital contemporâneas, problematizando a assimetria tecnológica de poder e a soberania dos dados na era do ciberespaço.

A abordagem metodológica e interpretativa ancora-se nas premissas teóricas da Geografia Crítica, da História da Cartografia e da Geopolítica Contemporânea. Constatase, portanto, que a cartografia, em todas as suas etapas históricas e transições técnicas, jamais se despiu de seu caráter eminentemente político e impositivo. Ao descortinar o percurso que vai da rigidez geopolítica das fronteiras físicas à onipresença das plataformas virtuais contemporâneas, a pesquisa demonstra que a delimitação do espaço e a triagem de dados operam sob uma lógica contínua de disciplinarização, controle biopolítico e apagamento de territorialidades tradicionais e periféricas.

Conclui-se, portanto, que a emancipação territorial contemporânea e a defesa das populações historicamente marginalizadas demandam a ocupação física do espaço e a descolonização ativa dos códigos, algoritmos e infraestruturas informacionais que hoje pretendem normatizar o ciberespaço

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 CARTOGRAFIA, TERRITÓRIO E PODER: A PRODUÇÃO E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO

Duarte (2018) realiza uma análise crítica do processo de produção, padronização e universalização cartográfica ocorrido na transição do século XIX para o século XX. O autor investiga o Mapa Internacional do Mundo ao Milionésimo, idealizado pelo geógrafo alemão

Albrecht Penck em 1891, e a Carta do Brasil ao Milionésimo de 1922, idealizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro como parte das comemorações do centenário da independência do país. Através desse estudo, o autor desconstrói a suposta neutralidade técnica e científica das representações cartográficas, demonstrando que os mapas consistiram em instrumentos e produtos de disputas geopolíticas e imperialistas, bem como das dinâmicas de reprodução e expansão das relações de produção capitalistas no globo.

No cenário internacional, o projeto do Mapa do Mundo situa-se no contexto de avanço da fase monopolista do capitalismo e de acirramento do imperialismo. A unificação de medidas e padrões espaço-temporais, como a adoção do Meridiano de Greenwich e do sistema métrico decimal, serviu para reduzir os entraves na esfera de circulação do capital e viabilizar materialidades como ferrovias, telégrafos e rotas comerciais. Por meio dessas diretrizes, as potências do centro do capitalismo puderam mapear de forma uniforme suas possessões coloniais e zonas de influência na África e na Ásia, promovendo uma partilha territorial e simbólica que desconsiderava as divisões nativas e apagava as referências históricas dos povos colonizados. Afinal, as decisões técnicas sobre o layout das folhas impunham uma ordem que visava normatizar o globo (Duarte, 2018).

Classificar o mundo é apropriar-se dele, de modo que todos esses processos técnicos representam atos de controle sobre sua imagem, que se estende para além das utilizações propostas da cartografia. Se disciplina o mundo. Se padroniza o mundo (Duarte, 2018, p. 34).

Essa mesma lógica de ordenamento e controle territorial projetou-se no plano nacional, onde a participação brasileira com a confecção da Carta do Brasil ao Milionésimo esteve atrelada a um projeto modernizador eurocêntrico defendido pelas elites republicanas e por corporações técnicas, com destaque para a liderança de engenheiros como Francisco Bhering e Paulo de Frontin. Esse projeto visava projetar o Brasil no exterior como uma nação civilizada e propícia a receber investimentos e migrantes europeus, ao mesmo tempo em que buscava integrar o território por meio de linhas telegráficas e de transporte. O mapeamento sistemático objetivava a eliminação dos chamados "vazios cartográficos" e "sertões desconhecidos", legitimando o controle sobre o território e a população, além de buscar solucionar litígios territoriais e de limites interestaduais que impediam a expansão uniforme do mercado e da infraestrutura capitalista (Duarte, 2018).

A unificação espacial imposta pelo Estado muitas vezes desorganizava violentamente modos de vida tradicionais e camponeses, gerando reações e resistências populares, como a

revolta do "Quebra-Quilos". Como contribuição teórica, a obra evidencia que a cartografia histórica do início do século XX deixou marcas duradouras na estruturação geopolítica do território brasileiro e estabeleceu lógicas de vigilância e ordenamento territorial que se atualizam e se replicam nas modernas tecnologias cartográficas digitais da atualidade (Duarte, 2018).

Duarte (2018) revela como o Estado republicano buscou consolidar suas fronteiras por meio de padrões globais, a investigação de Petrolí e Radi (2025) questiona a narrativa historiográfica tradicional que assume uma herança territorial pacífica e linear da América portuguesa para o Estado independente, demonstrando que a consolidação da soberania e da unidade nacional dependeu de difíceis negociações e de constantes intervenções do poder monárquico. Por meio do cruzamento metodológico de documentos oficiais, como relatórios ministeriais, debates legislativos e produções cartográficas da época, os autores examinam como os limites entre províncias e municípios eram marcados por profundas imprecisões técnicas e disputas fiscais, destacando de forma especial a célebre Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná e as tensões geopolíticas em torno da Questão de Palmas.

Com base no referencial teórico da geografia histórica, em especial no conceito de "fundo territorial", analisa-se como o Império utilizou a legislação fundiária de 1850 e a abertura de rotas viárias estratégicas, a exemplo da Estrada das Missões, para anexar e controlar economicamente vazios demográficos tidos como fundamentais para a estabilidade do Sul. Longe de limitar a análise às esferas de poder das elites regionais e da burocracia estatal, o artigo joga luz sobre a história social das populações marginalizadas da fronteira, revelando o papel ativo de sertanejos, posseiros pobres e comunidades originárias lideradas pelos caciques Condá e Viri (Petrolí e Radi, 2025).

Esses sujeitos subalternos resistiram à expansão das grandes propriedades pastoris e ao esbulho de suas terras e utilizaram as brechas institucionais e as indefinições legais da época para garantir sua sobrevivência e regularizar posses agrícolas de subsistência. A atual configuração socioespacial e política da Região Sul do Brasil é fruto de um emaranhado de disputas sociais e agrárias cujas ramificações históricas explicam, inclusive, a eclosão de conflitos agrários subsequentes, como a violenta Guerra do Contestado no início do século XX (Petrolí e Radi, 2025).

Esse processo de transição de um território em disputa para um espaço administrativamente consolidado exigiu a gradual institucionalização da própria ciência geográfica no Brasil. Conforme aponta Aquino (2016), o desenvolvimento da geografia

científica se mostra profundamente atrelado à consolidação do Estado moderno em sua fase territorial, período no qual as fronteiras nacionais passam a coincidir com limites geográficos específicos. Nesse cenário, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o IBGE encarnavam a lógica do Poder Central e articulavam-se diretamente aos projetos político-culturais das recém-criadas instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, como a Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil.

O Departamento de Geografia da USP, por outro lado, vinculava-se a um projeto nacional de caráter alternativo, diretamente associado aos interesses socioeconômicos regionais da elite cafeeira e industrial paulista, mantendo uma postura de relativo distanciamento frente às diretrizes imediatas do Governo Federal. O estudo demonstra que a legitimação social e o financiamento de ambas as escolas ocorreram porque a comunidade de geógrafos provou a utilidade prática do seu saber para a máquina estatal. Transitando entre o pragmatismo da aplicação territorial (censos, mapeamentos e delimitações) e o academicismo na apresentação de relatórios, os pioneiros da disciplina conseguiram criar as condições materiais e institucionais necessárias para a profissionalização e reprodução da Geografia no Brasil (Aquino, 2016).

Aquino (2016) aponta as contradições desse processo, revelando que a contribuição complacente com as esferas governamentais atrelou o destino da disciplina aos círculos de poder. Isso gerou uma posterior dissonância entre o pensamento teórico e a leitura geográfica de mundo quando a mera descrição sintética das paisagens rurais deixou de ser suficiente para atender às complexas necessidades de planejamento e intervenção urbana do capitalismo industrial. O autor argumenta que, embora os métodos clássicos regional-descritivos possam soar hoje como sabedoria convencional ou ultrapassada aos olhos da geografia crítica contemporânea, eles possuíam em sua época uma energia disruptiva e um rigor empírico notáveis. Portanto, o resgate histórico e a compreensão desse período pré-crítico são indispensáveis para que se possa avaliar com maturidade e profundidade as contestações e reformulações teóricas que a disciplina sofreu a partir da década de 1970 (Aquino, 2016).

Enquanto a institucionalização da geografia no século XX se debruçava sobre a organização e planejamento do espaço visível, a imposição da ordem urbana no século anterior já operava por meio do silenciamento sistemático de elementos naturais. É essa faceta da cartografia como omissão deliberada que Capilé (2019) investiga o desaparecimento da representação de elementos naturais indesejados, especificamente ecossistemas alagados como manguezais, restingas, lagoas e várzeas, nos mapas urbanos da cidade do Rio de Janeiro ao

longo do século XIX. A pesquisa demonstra que o silenciamento e a omissão deliberada ou inconsciente de dados biofísicos nas representações cartográficas refletem as hegemonias políticas e as ideologias urbanísticas da época, funcionando como uma tentativa de domesticar simbolicamente a natureza.

Historicamente, constata-se que, até o final do século XVIII, a cartografia do Rio de Janeiro priorizava padrões cosmográficos voltados à defesa militar e à exploração econômica, nos quais os elementos naturais do entorno eram amplamente detalhados. Contudo, a chegada da família real em 1808 e a subsequente expansão urbana do século XIX deslocaram o foco cartográfico para o arruamento e as edificações civis. Sob a influência da medicina social e de teorias sobre a insalubridade de áreas úmidas (teoria miasmática), os ambientes alagados passaram a ser classificados como ameaças à saúde pública e obstáculos ao progresso da capital. Esse novo entendimento foi acompanhado pela profissionalização do ensino de cartografia dentro dos cursos de engenharia civil, como na Escola Politécnica, convertendo os mapas em instrumentos técnicos voltados ao saneamento, loteamento e à intervenção material (Capilé, 2019).

A análise revela a transição desse processo de apagamento. Enquanto a Planta de 1812 representava detalhadamente o relevo e o manguezal de São Diogo, o Plano de 1850 de José Maria Manso já omitia a realidade pantanosa do terreno, desenhando em seu lugar linhas tracejadas de futuras ruas projetadas muito antes de o aterro ser efetivamente concluído. Plantas subsequentes da segunda metade do século, como as de Frederico Carneiro Campos (1858), Alexandre Speltz (1877) e Eduardo Maschek (1885), consolidaram esse silenciamento ao omitir as várzeas e priorizar novas infraestruturas modernas, como as linhas de carris (bondes) e os jardins públicos projetados de forma ordenada. Portanto, o apagamento cartográfico dessas paisagens naturais indesejadas funcionou como uma retórica de controle que buscava legitimar a intervenção urbana e projetar o Rio de Janeiro, nacional e internacionalmente, como uma cidade higienizada, salubre, civilizada e atrativa para o capital estrangeiro e para imigrantes europeus (Capilé, 2019).

Esse imperativo republicano de civilidade e modernização urbana através da técnica, destacado por Capilé na escala municipal, ganha contornos de planejamento de infraestrutura nacional no início do século XX. Como aprofundamento a esse cenário, Duarte (2017) contextualiza a transição das antigas corporações do período imperial, como o Instituto Politécnico Brasileiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo perfil bacharelesco e acadêmico já não atendia às exigências práticas de infraestrutura demandadas pela República

e pela expansão capitalista. Diante disso, o Clube de Engenharia consolidou-se unindo profissionais técnicos, industriais e políticos sob a premissa de que o progresso material do país, por meio de ferrovias, portos e linhas telegráficas, deveria ser planejado e conduzido por engenheiros.

No centro das discussões do autor está a elaboração da Carta do Brasil ao Milionésimo de 1922, organizada pelo Clube para celebrar o Centenário da Independência. Duarte problematiza como esse projeto se entrelaçava com a iniciativa internacional do International World Map, expondo as tensões geopolíticas de uma cartografia global dominada pelo imperialismo europeu, onde classificar e mapear o espaço representava um ato de controle político e material (Duarte, 2017).

No âmbito interno, a confecção do mapa revelou uma disputa metodológica e institucional entre os engenheiros civis do Clube e os militares da Comissão da Carta Geral. Enquanto os militares insistiam em métodos geodésicos clássicos de triangulação, considerados extremamente lentos para um país continental, os engenheiros, liderados por figuras como Henrique Morize e Francisco Bhering, defendiam metodologias astronômicas mais rápidas, priorizando a agilidade na entrega do mapa para sanar as "áreas em branco" e os litígios de fronteiras interestaduais que prejudicavam a atração de capitais e imigrantes (Duarte, 2017).

O autor argumenta que o projeto da Carta do Brasil ao Milionésimo serviu para fechar o ciclo da chamada "Geografia Heroica" de desbravamento do território, além de delimitar o monopólio profissional de uma elite intelectual que defendia a formação do engenheiro geógrafo. Ao padronizar e homogeneizar graficamente o espaço nacional, esses intelectuais do Clube de Engenharia produziram um discurso geográfico sistemático e ideologicamente comprometido com os propósitos de unificação mercantil, soberania nacional e dominação territorial pelo Estado, mesmo em um período anterior à institucionalização da ciência geográfica no Brasil (Duarte, 2017).

2.2 A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: A "ARMADURA DE PAPEL" E A GÊNESE MILITAR DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

Para compreender a consolidação do Estado-nação moderno, é imperativo desmistificar o mapa. Longe de ser um reflexo científico, neutro e passivo do espaço geográfico, a representação cartográfica constitui um discurso de poder politicamente direcionado. Pode-se propor, como analogia analítica, que o mapa militar funciona como uma "armadura de papel": um arcabouço artificial, geométrico e rígido que o Estado projeta sobre a complexidade

orgânica do território real. Essa armadura não visa registrar o que existe, mas sim enquadrar, conter e modelar o espaço para torná-lo legível, governável e, acima de tudo, defensável frente às ameaças externas e dissidências internas.

Para Souza (2018), o mapa não é apenas uma imagem do mundo, mas um sistema de filtragem de informações onde as decisões sobre o que incluir e, fundamentalmente, o que silenciar, são atos estritamente políticos. No contexto das delimitações fronteiriças, o traçado de uma linha contínua e homogênea opera um duplo movimento: ao mesmo tempo em que projeta a ilusão de uma soberania absoluta e inconteste sobre o solo, ignora e oblitera as dinâmicas sociais, os fluxos migratórios e as territorialidades preexistentes que não se alinham ao projeto hegemônico estatal.

No caso específico da formação territorial do Brasil no século XIX, essa "armadura de papel" foi forjada sob a égide de uma diplomacia que dependia intrinsecamente do conhecimento técnico dos quartéis. Como bem analisa Martins (2016), a consolidação das fronteiras do Império do Brasil não decorreu de um processo pacífico de ocupação espontânea, mas sim de uma engenharia diplomática altamente sofisticada que utilizou engenheiros militares e cartógrafos como agentes de linha de frente nas negociações de limites. A cartografia militar imperialista, portanto, atuou como:

[...] um instrumento ativo de intervenção geopolítica, transformando reivindicações de posse em realidades jurídicas e cartográficas incontestáveis perante as cortes europeias e repúblicas vizinhas (Martins, 2016, p. 12).

Ao desenhar o mapa, o Império brasileiro não estava meramente descrevendo rios e montanhas; estava ativamente criando o território nacional e definindo as margens de sua própria soberania. A triangulação geodésica e o levantamento topográfico militar revestiram as pretensões de posse de uma roupagem de "verdade científica" inquestionável, legitimando o avanço do Estado sobre regiões de fronteira outrora fluidas.

Essa transição da abstração cartográfica para a materialidade do controle territorial é aprofundada por Souza (2018). O autor destaca o papel crucial desempenhado pelas comissões de limites do Exército, encarregadas de transformar as diretrizes vagas de tratados diplomáticos em marcos físicos e linhas demarcatórias no próprio terreno. O autor aponta que a atuação dessas comissões militares operou uma verdadeira "tradução geopolítica", convertendo a soberania jurídica que até então existia apenas no papel, em uma presença física e militarizada concreta. Consequentemente, o estabelecimento das fronteiras físicas brasileiras funcionou

como uma barreira que impôs uma divisão espacial rígida onde antes imperavam zonas de contato e transitoriedade (Souza, 2018).

Ao cruzar as perspectivas de Martins (2016) e Souza (2018), evidencia-se que a cartografia militar imperialista do século XIX atuou como o cimento ideológico e prático das fronteiras nacionais. O mapa militarizado agiu como uma profecia autorrealizável: ao projetar a linha de fronteira sobre o papel, o Estado justificava o envio de tropas, a construção de fortificações e a anexação sistemática de territórios, sufocando quaisquer outras formas de vivência e organização espacial que resistissem à homogeneização nacionalista.

2.3 VIOLÊNCIA CARTOGRÁFICA: CONTROLE TERRITORIAL, APAGAMENTO E AS CONTRA-CARTOGRAFIAS INDÍGENAS DE RESISTÊNCIA

A imposição da "armadura de papel" pelo Estado-nação militarizado não se limitou a delimitar soberanias externas; ela operou, internamente, um processo sistemático de violência e domesticação do espaço. Ao traçar linhas de fronteira e demarcar vazios demográficos convenientes ao projeto imperialista, a cartografia oficial promoveu o apagamento deliberado das territorialidades originárias. Essa dinâmica de exclusão revela que o mapa, antes de ser um registro geográfico, consolidou-se como uma tecnologia de poder voltada para o controle biopolítico e a expropriação de terras.

Essa engrenagem de dominação e invisibilização é profundamente esmiuçada por Rogério Haesbaert. De acordo com o autor, a cartografia tradicional e hegemônica operou historicamente a serviço do colonialismo e da colonialidade do poder, atuando como um dispositivo que nega a existência de espacialidades que não se enquadram na lógica da propriedade privada e da soberania estatal (Haesbaert, 2021). Sob o pretexto de neutralidade científica e precisão técnica, os mapas estatais deliberadamente ignoraram as fronteiras étnicas e os usos ancestrais da terra. Haesbaert (2021, p. 8) argumenta que:

[...] a cartografia colonial e imperialista funcionou como uma tecnologia de desterritorialização e apagamento de povos tradicionais, reduzindo a complexidade de suas vivências geográficas a "espaços vazios" prontos para serem explorados e anexados pelo aparato de poder do Estado.

Ao classificar as terras de ocupação histórica indígena como terra nullius (terra de ninguém), o aparato militar-estatal legitimava a expropriação violenta desses sujeitos em nome

do "progresso" e da "segurança nacional". O mapa imperialista, portanto, ocultou a presença indígena e produziu ativamente o seu desaparecimento discursivo para autorizar a violência física da colonização (Haesbaert, 2021).

No entanto, onde o poder se manifesta de forma impositiva, emergem também as linhas de fuga e de resistência. É nesse cenário de disputa territorial que se inserem as chamadas contra-cartografias. Como analisam Santos e Ferreira (2019), diante da violência cartográfica historicamente perpetrada pelo Estado e, contemporaneamente, pelas forças expansionistas do agronegócio e do extrativismo, os povos originários deixaram de ser apenas objetos da representação geográfica para se tornarem sujeitos da produção do espaço. A apropriação das ferramentas cartográficas por essas populações funciona como uma resposta direta à exclusão histórica, permitindo que os mapas sejam utilizados não para aprisionar, mas para libertar e salvaguardar a memória coletiva.

Santos e Ferreira (2019) destacam que as práticas de automapeamento e cartografia social indígena desconstruem as convenções abstratas do mapa estatal militarizado. Enquanto a cartografia oficial prioriza a fragmentação, a propriedade individual e a exploração econômica, as contra-cartografias indígenas registram elementos imateriais, locais sagrados, zonas de coleta e caminhos históricos que escapam à racionalidade burocrática estatal. Consequentemente, o ato de mapear de forma autônoma converte-se em uma "ferramenta política de autodefesa e de reivindicação jurídica de direitos territoriais garantidos pela Constituição de 1988" (Santos; Ferreira, 2019, p. 11).

Ao cruzarmos as formulações de Haesbaert (2021) com a práxis contra-cartográfica discutida por Santos e Ferreira (2019), percebe-se que o território contemporâneo se configura como uma arena de disputa representacional. O legado da cartografia militar imperialista, que outrora desenhou fronteiras arbitrárias e silenciou as geografias indígenas, hoje enfrenta fissuras abertas pela resistência desses povos. As contra-cartografias revelam que a "armadura de papel" do Estado é porosa: as populações originárias, ao desenharem suas próprias realidades espaciais, racham essa armadura, demonstrando que a demarcação física das terras depende, essencialmente, da reconquista prévia do direito de narrar o próprio território.

Ao cruzarmos as formulações de Haesbaert (2021) com a práxis contra-cartográfica discutida por Santos e Ferreira (2019), percebe-se que o território contemporâneo se configura como uma arena de disputa representacional. O legado da cartografia militar imperialista, que outrora desenhou fronteiras arbitrárias e silenciou as geografias indígenas, hoje enfrenta fissuras abertas pela resistência desses povos. As contra-cartografias revelam que a "armadura de papel"

do Estado é porosa: as populações originárias, ao desenharem suas próprias realidades espaciais, racham essa armadura, demonstrando que a demarcação física das terras depende, essencialmente, da reconquista prévia do direito de narrar o próprio território.

Ao cruzarmos as formulações de Haesbaert (2021) com a práxis contra-cartográfica discutida por Santos e Ferreira (2019), percebe-se que o território contemporâneo se configura como uma arena de disputa representacional. O legado da cartografia militar imperialista, que outrora desenhou fronteiras arbitrárias e silenciou as geografias indígenas, hoje enfrenta fissuras abertas pela resistência desses povos. As contra-cartografias revelam que a "armadura de papel" do Estado é porosa: as populações originárias, ao desenharem suas próprias realidades espaciais, racham essa armadura, demonstrando que a demarcação física das terras depende, essencialmente, da reconquista prévia do direito de narrar o próprio território.

Essa reconquista narrativa materializou-se na prática quando povos originários e comunidades tradicionais brasileiras passaram a se apropriar das próprias tecnologias cartográficas antes monopólio exclusivo do Estado e das Forças Armadas. Através de oficinas de automapeamento e do uso comunitário de receptores GPS, softwares de geoprocessamento e drones, lideranças indígenas passaram a registrar no papel e em dados digitais os topônimos ancestrais em suas línguas maternas, as rotas de caça e manejo sustentável, os cemitérios e os sítios sagrados.

Todavia, o fechamento dessa fissura na armadura estatal de papel não encerrou a disputa territorial; apenas alterou a sua escala e complexidade. À medida que as populações originárias conquistaram o direito de insurgir-se contra a cartografia analógica oficial, a geopolítica do controle espacial migrou para o meio cibernético. A resistência contra a linha impressa do Estado encontra agora um desafio mais fluido e assimétrico: o advento do "manto algorítmico" e a hegemonia das Big Techs, que reconfiguram a invisibilização indígena sob a forma de dados digitais, imagens de satélite proprietárias e algoritmos de plataforma.

2.4 DA HEGEMONIA ANALÓGICA AO IMPERIALISMO DE DADOS: ALGORITMOS, CIBERESPAÇO E A NOVA GEOPOLÍTICA DA CARTOGRAFIA DIGITAL CONTEMPORÂNEA

A consolidação do Estado-nação moderno demandou uma "armadura de papel" para delimitar suas fronteiras físicas e subjugar as territorialidades originárias através de apagamentos e silenciamentos sistemáticos, a contemporaneidade reconfigura essa dinâmica (Santos; Ferreira, 2019). A transição da cartografia analógica para a era digital não eliminou o

caráter militarizado e impositivo do mapa, mas sim, sofisticou-o. Na era da informação, a antiga armadura estatal-militar transmuta-se em um "manto algorítmico", uma malha invisível e onipresente que recobre o globo por meio do ciberespaço, operando pela imposição física de linhas divisórias e pelo controle informacional, pela vigilância ubíqua e pela triagem de dados geoespaciais.

Essa evolução técnico-histórica é esmiuçada por Sposito (2020), que investiga a transição das velhas técnicas de delimitação para as novas tecnologias de mapeamento, como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), o Sensoriamento Remoto e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). O autor argumenta que essas ferramentas, longe de representarem uma democratização neutra do conhecimento geográfico, operam como refinados instrumentos de manutenção da hegemonia das potências globais. Sob a aparência de uma infraestrutura global neutra, subsiste uma rígida hierarquia militar e econômica:

As tecnologias de monitoramento espacial contemporâneas perpetuam as assimetrias de poder historicamente estabelecidas, uma vez que a posse e o processamento de dados geoespaciais de alta resolução permanecem concentrados sob o monopólio técnico-militar de grandes potências estatais e conglomerados privados (Sposito, 2020, p. 18).

O autor demonstra que sistemas cruciais para a navegação e a soberania nacional, como o próprio GPS, continuam sob tutela e controle estratégico-militar direto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Isso estabelece uma lacuna de vulnerabilidade para nações em desenvolvimento, as quais, ao dependerem dessas tecnologias para a gestão do próprio território, submetem-se a uma soberania tutelada, em que o acesso à informação espacial pode ser cortado ou distorcido de acordo com as conveniências geopolíticas da potência detentora da tecnologia.

Esse panorama de dependência tecnológica e assimetria espacial ganha contornos ainda mais complexos quando analisado sob a ótica da geopolítica do ciberespaço. Oliveira (2021) expande o debate ao demonstrar que a cartografia digital cotidiana materializada em plataformas globais de navegação como o *Google Maps* ou o *Waze* redefiniu a ontologia do território. O mapa deixou de ser um documento estático de representação do espaço e passou a atuar como um sistema operacional ativo que orienta, dita e modifica as condutas no espaço físico. Nesse cenário, o autor conceitua o fenômeno do "imperialismo de dados": uma nova roupagem do neocolonialismo onde o controle das mentes, dos fluxos urbanos e das economias

locais é mediado por algoritmos proprietários de corporações sediadas, majoritariamente, no Norte Global.

Conforme Oliveira (2021), os critérios de visibilidade espacial dessas plataformas não respondem a imperativos democráticos ou de utilidade pública, mas a lógicas estritamente financeiras e securitárias. Áreas periféricas e comunidades marginalizadas são frequentemente representadas como "vazios urbanos" ou rotuladas de maneira estigmatizante sob critérios algorítmicos de "áreas de risco". Ocorre aqui uma continuidade histórica digital dos "silêncios cartográficos", pois o que não atende ao interesse do capital de dados ou à segurança das elites é simplesmente banido da representação, gerando uma nova modalidade de violência e invisibilização espacial.

Ao compararmos as contribuições de Sposito (2020) e Oliveira (2021) identificamos um ponto em comum na analítica fundamental: a diluição das fronteiras entre o controle puramente estatal-militar e o controle corporativo. Se no século XIX a cartografia militar imperialista servia para consolidar o poder soberano do Estado sobre o território, na contemporaneidade ocorre uma simbiose entre o complexo militar-industrial e o oligopólio das *Big Techs*. A soberania nacional passa a ser desafiada pela soberania dos dados (Martins, 2016).

Na contemporaneidade, a aliança entre o complexo militar-industrial e os oligopólios das *Big Techs* promove um mapeamento orbital e digital constante do espaço geográfico, fazendo com que corporações transnacionais detenham mais dados e conhecimentos estratégicos sobre os recursos naturais, infraestruturas e posições de uma nação do que o próprio governo estatal. Dessa forma, a independência de um país deixa de ser vulnerável apenas à invasão de tropas e passa a depender diretamente de sua autonomia tecnológica, uma vez que subordinar-se a servidores, algoritmos e satélites estrangeiros para mapear e gerir seu chão significa, na prática, transferir o exercício do controle soberano para atores corporativos privados.

Essa mutação impõe implicações práticas e científicas. Do ponto de vista científico, a geografia contemporânea enfrenta o desafio de descolonizar o mapa de papel, os códigos-fonte e os bancos de dados geoespaciais. Práticas de contra-cartografia, discutidas por Santos e Ferreira (2019), ganham contornos digitais na atualidade através de iniciativas de mapeamento colaborativo e de código aberto (como o *OpenStreetMap*). Tais iniciativas, todavia, encontram uma barreira na escassez de infraestrutura tecnológica soberana nos países periféricos.

Em suma, a cartografia contemporânea revela que as disputas imperiais do passado não se dissiparam; elas migraram para a nuvem. A "armadura de papel" militarista do período

imperial converteu-se em um algoritmo de controle em tempo real. Compreender essa transição de escala, do mapa de papel colonial ao ciberespaço algorítmico, é pressuposto teórico indispensável para conceber novas formas de resistência territorial e para a formulação de uma geopolítica de dados que assegure, efetivamente, a soberania e a integridade de povos e territórios historicamente marginalizados pelo império da linha cartográfica.

(...) Se no século XIX a cartografia militar imperialista servia para consolidar o poder soberano do Estado sobre o território, na contemporaneidade ocorre uma simbiose entre o complexo militar-industrial e o oligopólio das Big Techs. A soberania nacional passa a ser desafiada pela soberania dos dados (Martins, 2016).

Na contemporaneidade, a aliança entre o complexo militar-industrial e os oligopólios das Big Techs promove um mapeamento orbital e digital constante do espaço geográfico, fazendo com que corporações transnacionais detenham mais dados e conhecimentos estratégicos sobre os recursos naturais, infraestruturas e posições de uma nação do que o próprio governo estatal. Dessa forma, a independência de um país deixa de ser vulnerável apenas à invasão de tropas e passa a depender diretamente de sua autonomia tecnológica, uma vez que subordinar-se a servidores, algoritmos e satélites estrangeiros para mapear e gerir seu chão significa, na prática, transferir o exercício do controle soberano para atores corporativos privados.

Essa hegemonia corporativa materializa-se na atuação de conglomerados específicos que monopolizam a cognição espacial em escala planetária. O Google atuou de forma pioneira ao lançar plataformas como o Google Earth, o Google Maps e a infraestrutura do Google Street View, criando a primeira representação tridimensional e fotográfica contínua da superfície terrestre em mãos privadas. Ao digitalizar as vias urbanas, fachadas e fluxos de transporte mundiais, o Google transformou o ato de mapear historicamente uma atribuição exclusiva das comissões militares e institutos geográficos estatais em um serviço corporativo proprietário do qual governos, empresas e cidadãos se tornaram profundamente dependentes.

Na sequência desse pioneirismo, corporações da economia de plataforma, como a Uber, sofisticaram ainda mais essa extração geoespacial ao implementar um mapeamento dinâmico e em tempo real. Por meio da navegação por GPS embarcada nos celulares de milhões de motoristas e passageiros, a Uber converte a própria frota circulante em uma rede viva e

distribuída de sensores urbanos. A empresa coleta ininterruptamente microdados sobre velocidade do tráfego, interrupções viárias, padrões de deslocamento e adensamento populacional, gerando uma camada de inteligência territorial que sobrepassa a capacidade de monitoramento de qualquer prefeitura ou órgão público de trânsito.

Em suma, o poder dessas empresas reside no fato de que elas não apenas desenham o mapa, mas controlam a infraestrutura pela qual o espaço geográfico é percebido, navegado e gerido. Ao terem o monopólio da coleta e do processamento de dados em tempo real, Google e Uber passam a exercer um poder normativo sobre o território, no qual a tomada de decisões estratégicas da logística militar ao planejamento urbano fica subordinada às diretrizes, aos termos de uso e às arquiteturas algorítmicas dessas corporações transnacionais.

Essa mutação impõe implicações práticas e científicas. Do ponto de vista científico, a geografia contemporânea enfrenta o desafio de descolonizar o mapa de papel, os códigos-fonte e os bancos de dados geoespaciais. Práticas de contra-cartografia, discutidas por Santos e Ferreira (2019), ganham contornos digitais na atualidade através de iniciativas de mapeamento colaborativo e de código aberto (como o OpenStreetMap). Tais iniciativas, todavia, encontram uma barreira na escassez de infraestrutura tecnológica soberana nos países periféricos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho apresenta relevante contribuição para a formação de futuros profissionais da Geografia, tanto no âmbito do bacharelado quanto da licenciatura. Ao explicitar a dimensão política e ideológica da cartografia, a pesquisa fornece aos geógrafos uma postura reflexiva indispensável para desmistificar a pretensa neutralidade técnica dos mapas. No ambiente escolar e na Educação Básica, a transposição desses conhecimentos é fundamental para desenvolver o raciocínio geográfico e o letramento cartográfico crítico dos estudantes, capacitando-os a compreender que os mapas, dos impressos aos aplicativos digitais, são construções sociais portadoras de discursos, intenções e disputas territoriais.

Nesse sentido, cumpre destacar que os objetivos gerais e específicos propostos por este estudo foram plenamente alcançados. Foi possível analisar criticamente a evolução histórica da cartografia como instrumento de dominação e ordenamento territorial, identificando as permanências e mutações técnicas de controle que se estendem das representações analógicas do Estado-nação e do início do século XX ao manto algorítmico das plataformas digitais contemporâneas.

A investigação crítica da cartografia ao longo de sua trajetória histórica e de suas transformações técnicas revela que o mapa, longe de se consolidar como um mero instrumento de precisão científica e neutralidade representativa, configura-se como um persistente dispositivo de poder, controle social e ordenamento do espaço. A desconstrução de suas linguagens analógicas e de suas modernas interfaces digitais evidencia que desenhar o espaço é, fundamentalmente, um ato político de dominação, normatização e apropriação simbólica e material. Ao longo de suas transições, a ciência cartográfica serviu a imperativos hegemônicos, adaptando seus suportes e suas metodologias para atender às constantes transformações e expansões das relações capitalistas e estatais.

No cenário histórico da transição do século XIX para o século XX, a busca por unificação espaço-temporal e padrões globais materializada no Mapa Internacional do Mundo ao Milionésimo e, no âmbito brasileiro, na Carta do Brasil ao Milionésimo de 1922 respondeu diretamente às necessidades de fluidez da circulação de capitais e de controle territorial das elites e do Estado nacional. Esse ordenamento civilizatório e modernizador operou a partir de apagamentos biofísicos deliberados na escala urbana e da anulação de "vazios cartográficos" nas zonas de fronteira. Sob a lógica da *terra nullius*, a imposição da "armadura de papel" pelo conhecimento técnico-militar traduziu pretensões diplomáticas de posse em realidades jurídicas inquestionáveis, desarticulando violentamente territorialidades camponesas e tradicionais e promovendo a expropriação sistemática de populações originárias.

A análise dessa violência cartográfica estatal, contudo, desvelou que o território se configura como uma arena permanente de disputa. Onde o poder oficial instituiu silenciamentos e invisibilizações, emergiram dinâmicas de resistência materializadas nas contra-cartografias e nos processos de automapeamento. Ao subverter as convenções cartográficas hegemônicas, as populações indígenas e tradicionais demonstraram a porosidade dos mapeamentos estatais, resgatando memórias coletivas e redefinindo o uso das ferramentas geográficas como instrumentos de autodefesa e de reivindicação de direitos territoriais históricos.

Na contemporaneidade, a transição da cartografia analógica para a era digital reconfigurou radicalmente as táticas de controle. Os mapas militarizados deram lugar a um onipresente banco de dados que recobre e dita dinâmicas no espaço físico cotidiano. Longe de representar uma democratização neutra da informação espacial, o advento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), do sensoriamento remoto e das plataformas de navegação globais gerou um cenário de dependência e assimetria tecnológica. O chamado "imperialismo de dados" expõe uma simbiose indissociável entre o complexo militar e o oligopólio das Big Techs

sediadas no Norte Global, reatualizando os silêncios cartográficos ao estigmatizar e ocultar territórios periféricos e comunidades marginalizadas que não atendem às exigências de securitização e acumulação financeira do capital de dados.

Em suma, a transição do mapa de papel colonial ao ciberespaço algorítmico contemporâneo demonstra que as dinâmicas de poder sobre o território continuam ativas, tendo migrado para a complexidade da nuvem e dos algoritmos proprietários. Compreender a dimensão política intrínseca à produção do espaço cartográfico é, portanto, pressuposto teórico indispensável para a formulação de novos caminhos de resistência e para a consolidação de uma soberania de dados genuína. Apenas por meio do fortalecimento de infraestruturas soberanas e da apropriação crítica das tecnologias será possível fissurar as novas fronteiras invisíveis do manto algorítmico, garantindo a integridade existencial de povos, saberes e territórios historicamente marginalizados pela imposição da linha cartográfica.

Por fim, ao projetar o futuro da Geografia brasileira por meio da cartografia, vislumbra-se a necessidade premente de descolonizar as geotecnologias e fortalecer a autonomia informativa do país. A perspectiva de futuro para a Geografia nacional reside no desenvolvimento de uma cartografia crítica e socialmente engajada, que alie o avanço técnico dos geoprocessamentos à valorização dos saberes locais, das metodologias participativas e das lutas sociais no campo e na cidade. O futuro da disciplina no Brasil dependerá da capacidade da comunidade científica e dos educadores de apropriarem-se criticamente dos novos recursos digitais para construir uma soberania espacial e informacional, convertendo o mapa em um instrumento permanente de emancipação social, justiça territorial e cidadania.

4. REFERÊNCIAS

AQUINO, Alexandre Ortolani de. **Contribuições da Revista Brasileira de Geografia e do Departamento de Geografia da USP à ciência geográfica, entre 1939 e 1956**. 2016. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAPILÉ, Bruno. Apagando a natureza: o desaparecimento dos ecossistemas alagados nos mapas urbanos do Rio de Janeiro. **Terra Brasilis**, n. 11, 2019.

DUARTE, Rildo Borges. **Cartografias Capitais: Os projetos do Mapa Internacional do Mundo e da Carta do Brasil ao Milionésimo (1891-1930)**. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DUARTE, Rildo Borges. Projetos para um país em projeto: O Clube de Engenharia e a Carta do Brasil ao Milionésimo. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-16, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: a cartografia como espaço de disputa e dominação colonial. **Geographia**, Niterói, v. 23, n. 50, p. 1-22, 2021.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A geopolítica das fronteiras: cartografia e diplomacia no Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 12, p. 5-28, 2016.

OLIVEIRA, L. D. de. A geopolítica do ciberespaço: mapas digitais e o novo controle do território. **Revista Geopolítica**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 45-62, 2021.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva; RADIN, José Carlos. Delimitando o território: as fronteiras internas do Brasil no oitocentos. **Almanack**, Guarulhos, v. 39, ea19547, 2025

SANTOS, R. S. dos; FERREIRA, L. C. Contra-cartografias: mapas como instrumentos de resistência e demarcação de terras indígenas no Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, p. 1-19, 2019.

SOUZA, T. M. Cartografia, fronteiras e defesa: a representação do território brasileiro pelas comissões de limites. **Geograficidade**, Niterói, v. 8, n. 1, p. 74-89, 2018.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geopolítica e cartografia contemporânea: as novas tecnologias de mapeamento como instrumentos de hegemonia. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 12-34, 2020.